

**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO**

**SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2015**

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

**(Processo Administrativo n° 08320.011234/2015-66)**

1. **DO OBJETO**
   1. Contratação de empresa especializada em serviços de transporte rodoviário de mobiliário em geral, compreendendo cargas, bagagem e demais objetos de propriedade ou interesse do Departamento de Polícia Federal e de seus servidores, em caminhão fechado, tipo baú, abrangendo todo o território nacional (local de origem e destino).
   2. O transporte de mobiliário e bagagens de propriedade dos servidores públicos civis regidos pela Lei nº. 8.112/90, inclusive de seus dependentes, que, no interesse da Administração, for mandado servir em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente, será realizado nos termos e limites estabelecidos no Decreto nº. 4004 de 08 de novembro de 2.001 da Presidência da República.
   3. A contratação compreenderá **GRUPO ÚNICO**, dividido em 07 (sete) itens relativos às faixas de distância. conforme abaixo discriminado:

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Grupo ÚNICO** - Serviço de transporte rodoviário de mobiliário em geral | | | | | | | | |
| **A** | **B** | **C** | **D** | **E** | **F** | **G** | **H** | **I** |
| **Subitem** | **Distância Inicial KM** | **Distância Final KM** | **Prazo de Entrega em Dias** | **Quantidade Anual M3 Estimada** | **UNIDADE** | **Valor Unitário do M3/KM** | **TOTAL** | **Valor anual estimado** |
| **1** | 101 | 300 | 2 | 12 | m3 | R$ 0,1667 | R$ 50,01 | R$ 600,12 |
| **2** | 301 | 600 | 4 | 24 | m3 | R$ 0,4083 | R$ 244,98 | R$ 5.879,52 |
| **3** | 601 | 1200 | 6 | 18 | m3 | R$ 0,2133 | R$ 255,96 | R$ 4.607,28 |
| **4** | 1201 | 1800 | 8 | 24 | m3 | R$ 0,1667 | R$ 300,06 | R$ 7.201,44 |
| **5** | 1801 | 2400 | 10 | 24 | m3 | R$ 0,1875 | R$ 450,00 | R$ 10.800,00 |
| **6** | 2401 | 3200 | 10 | 12 | m3 | R$ 0,1563 | R$ 500,16 | R$ 6.001,92 |
| **7** | 3201> | 3201 | 12 | 12 | m3 | R$ 0,1718 | R$ 549,93 | R$ 6.599,18 |
|  | | | | | | | **C\*G** | **G\*E\*C** |
| Total Global Estimado para 12 meses | | | | | | | | **R$ 41.689,46** |
| Percentual de Seguro | | | | | | | | **1%** |

***Observação 01: Exemplo do cálculo, conforme dados constantes na******faixa (1)****: 0,1667 (****VU*** *- Valor unitário do metro cúbico por faixa) X 12 (****VA*** *– Volume (m³) Apurado) x 300 (****DP*** *– Distância (final) percorrida) = R$ 600,12 (Total em valor estimado para a faixa considerando o período de 12 meses).*

* 1. Para fins de elaboração de suas propostas, os licitantes deverão ater-se a valorar o “VALOR UNITÁRIO M³ / Km”, já incluindo o percentual definido do seguro.
  2. Esta planilha é apenas estimativa de quantitativos em metros cúbicos, considerando a faixa de distância, podendo ser utilizado até o limite global do contrato.
  3. A adjudicação será pelo menor preço global e TAMBÉM por faixa de distância.
  4. Conforme tabela acima, a proposta a ser adjudicada deverá ter o menor valor do metro cúbico por quilômetro rodado, em todas as 07 faixas.
  5. O valor correspondente à parcela do SEGURO será de no máximo 1% (um inteiro por cento), incidido sobre R$ 75.000,00, valor médio estimado dos bens móveis a serem transportados em uma única mudança. O percentual definido para o seguro deverá constar EXPLICITAMENTE na proposta apresentada à Contratante.
  6. Para efeitos da efetiva prestação dos serviços, será adotada, obrigatoriamente, a Tabela de Distâncias Rodoviárias Percorridas em km, divulgada por **Órgãos Oficiais** como o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes do Ministério dos Transportes (DNIT), se houver.
  7. Para trechos rodoviários não contemplados por órgãos Oficiais, serão utilizados como referência os dados do Guia Quatro Rodas Estradas, Editora Abril, edição atualizada.
  8. Para os casos omissos, a empresa deverá entrar em contato com o fiscal do contrato, o qual deverá buscar uma solução junto à Administração.
  9. Com vistas a obter o menor preço possível e melhor economicidade para a Administração, devido ao ganho em escala, a prestação de serviços foi dividida em faixas. A divisão em faixas é medida necessária para que os licitantes possam calcular seus custos com maior exatidão e oferecer proposta comercial adequada e mais vantajosa à Administração. As necessidades de realocação de bens móveis podem ocorrer entre as diversas unidades da Polícia Federal. Em verdade, trata-se de parcelas de um único serviço a ser prestado, cuja variabilidade obriga a dissociação para redução dos recursos que a Administração deverá efetivamente empregar.
  10. A adoção de agrupamento de todos os itens em um único grupo está ligada diretamente a uma questão de logística e pelo princípio da padronização dos serviços, além do controle e responsabilização da empresa.
  11. A adjudicação pelo menor valor apresentado por metro cúbico por quilometro, não implica prejuízo para o conjunto do objeto ou perda econômica em escala.

1. **JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A execução dos serviços atenderá às necessidades eventuais de transporte de bens de propriedade ou de interesse do Departamento de Polícia Federal, que necessitem ser transferidos de uma localidade a outra do País, no cumprimento dos diversos serviços, policiais ou administrativos, desenvolvidos pelo Órgão.

2.2. Visa, ainda, garantir ao servidor público civil que - no interesse da Administração, for transferido para nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente - o transporte de mobiliário, bagagem e bens pessoais, inclusive de seus dependentes.

1. **DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**
   1. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto n° 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.
   2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
2. **FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**
   1. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

4.1.1. No endereço de origem: desmontar e embalar e carregar os bens, utilizando materiais, ferramentas e equipamentos próprios e necessários ao serviço.

4.1.2. No endereço de destino: descarregar, desembalar, montar (para os bens desmontados no endereço de origem) e retirar do ambiente os materiais utilizados no acondicionamento e embalagem tais como: fitas, papelão, madeiras, pregos, cobertores, plásticos, etc.

4.1.3. Transportar os bens em caminhão fechado, do tipo baú, forrado em seu interior com material adequado para proteção dos bens.

4.1.4. Embalar os bens, da seguinte forma:

a) Cristais, louças, pratarias, porcelanas, adornos, objetos de pequeno porte ou miudezas:

Acondicionada em caixas de papelão triplex, protegidas com polibolha, papel de seda ou palha e fechadas com fita adesiva.

b) Móveis, eletrodomésticos e demais objetos de grande porte:

Envolvidos em papel ondulado, plástico bolha ou, se necessário, acolchoados.

c) Discos, televisores, aparelhos de som e demais aparelhos eletrônicos:

Protegidos em papel de seda enchumaçado e plástico polibolha, depois acondicionados em caixas sob medida.

d) Roupas de cabide: Acondicionadas em caixas porta-roupas.

e) Roupas de uso pessoal, cama, mesa, banho e outros artigos semelhantes:

Acondicionadas em saco plástico fechado, em caixas de papelão apropriados ou de outro material mais resistente, de acordo com a natureza do bem a ser transportado;

f) Tapetes e colchões: Enrolados e embalados com papel resistente ou plástico

g) Quadros, gravuras, pinturas e objetos da mesma natureza ou espécie, espelhos tampos de vidro, mármores ou pedras com cartonagem ou material de proteção similar:

Acondicionados em caixas ou engradados de madeiras sob medida, após serem protegidos por embalagem de plástico, papel ondulado e polibolha

h) Ferramentas e utensílios de pequeno porte: Acondicionados em caixa de papelão triplex, ou material de proteção de mesma natureza ou espécie.

4.1.5 Os materiais, ao serem acondicionados no caminhão, deverão receber proteção de cobertores e acolchoados, evitando-se contatos diretos com as paredes internas e com o restante da bagagem.

4.1.6. Quando da entrega dos bens, no local de destino, a CONTRATADA deverá remontar os móveis, prateleiras ou quaisquer outros que foram desmontados quando da retirada no local de origem.

4.1.7. Caso seja dispensado o serviço de desmontar/montar móveis ou de embalar os bens para transporte, a CONTRATADA ainda assim deverá fornecer os materiais necessários ao devido acondicionamento (papel de seda, plástico bolha, caixa de papelão, papelão ondulado, saco plástico, isopor, fita adesiva, engradado de madeira, etiqueta, etc), entregando-os no local indicado pela CONTRATANTE, com antecedência mínima de 02 (dois) dias.

4.1.8. Todas as providências, serviços e materiais necessários para embalar/acondicionar e desmontar/montar os bens a serem transportados serão inteiramente arcados pela CONTRATADA.

4.1.9. Todo o serviço de embalagem, seja quanto ao material empregado, seja quanto à forma de execução e acondicionamento dos itens seguirá as orientações e definições contidas nos seguintes documentos:

4.1.10. NBR 9198/85 - Embalagem e acondicionamento; NBR 9477/86 - NBR 5980/04 - Embalagem de papelão ondulado - classificação; NBR 5985/83 - Papelão ondulado e caixas de papelão ondulado; e

4.1.11. As caixas de papelão utilizadas na embalagem terão como referência os estilos descritos na NBR5980/2004 da ABNT, conforme a seguir:

4.1.12. Estilos descritos no item 4.2.1 da referida Norma, referências 0201 a 0207, quando se tratar de embalagem para todo tipo de produto com exceção de roupas de vestuário;

4.1.13. O estilo descrito no item 4.2.2 da referida Norma, referências 0312 e 0313, quando se tratar de roupas de vestuário.

4.1.14. Todas as caixas empregadas na mudança deverão apresentar resistências conforme definidas nos itens 2.33 a 2.39 da NBR 5985/83, ao arrebentamento, compressão, esmagamento, impacto, perfuração, tombamento e vibração, adequados ao fim a que se destinam.

4.1.15. A selagem das caixas deverá ser feita com fita gomada, adesivo, grampos ou fitas auto- adesivas.

4.1.16. A CONTRATADA deverá providenciar, quando solicitado, o armazenamento / depósito dos bens transportados por até 10 (dez) dias, contados da chegada na cidade de destino, arcando com as todas as despesas.

4.1.17. Os dias de armazenagem excedentes não serão indenizados pela Administração, ficando sua quitação a cargo do Servidor Removido, após prévio acordo deste com a Contratada. Neste caso não haverá qualquer ônus para a Administração.

4.1.18. Caso o Servidor Removido não se manifeste ou recuse-se a dar quitação dos dias de armazenagem excedentes é facultado à Contratada (§ 1e do Art. 753 do Código Civil Brasileiro - CCB) o depósito da coisa em juízo, ou vendê-la, obedecidos os preceitos legais e regulamentares, ou os usos locais, depositando o valor e comunicando o servidor.

4.1.19. A Contratada deverá notificar a Administração para as providências cabíveis em relação à conduta inapropriada do servidor.

4.1.20. Todo o mobiliário transportado e, eventualmente desmontado deverá ser desembalado e remontado em até 02 (dois) dias úteis, contados a partir do dia da entrega, incluindo-se este.

4.1.21. A entrega dos bens deverá ser efetuada mediante recibo e somente no local de destino informado pela CONTRATANTE na respectiva Ordem de Serviço.

4.1.22. Durante toda a prestação do serviço deverão os empregados da CONTRATADA estar devidamente uniformizados e identificados.

4.1.23. Os bens deverão ser entregues no local de destino nos seguintes prazos, contados a partir da data de expedição da ordem de execução do serviço:

4.1.24. Os prazos são imprescindíveis para a satisfação do objetivo contratual, estando a CONTRATADA passível de sanções no caso de descumprimento.

4.1.25. A metragem e peso máximos admitidos por servidor será, no que couber, de acordo com o Decreto nº 4.004/01, e estará descrito na Ordem de Serviço. Caso esse limite exceda, correrá por conta do servidor as despesas sobressalentes. À parte que exceder o limite máximo autorizado na legislação vigente deverá ser negociado diretamente entre a Contratada e os respectivos servidores beneficiários, não gerando quaisquer ônus para a Contratante.

4.1.26. Todos os custos com impostos, taxas, tarifas, seguros, além de outros que incidam no transporte, objeto deste Termo de Referência serão de responsabilidade da empresa contratada.

4.1.27. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.1.28. Estar devidamente Inscrita no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas - RNTR-C da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

4.1.29. Observar, no que couber, durante a execução contratual, os critérios de sustentabilidade ambiental, previstos na Instrução Normativa n° 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e tecnologia da Informação, do ministério de Planejamento, Orçamento e gestão.

4.1.30. Pelo princípio da padronização dos serviços, além do controle e responsabilização da empresa, a presente Licitação não permite a Subcontratação.

4.1.31. A Contratada deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução contratual, conforme disposto no Termo de Referência.

4.1.32. É vedado à contratada o transporte de objetos sem estarem devidamente cobertos por seguro.

1. **INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**
   1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:
      1. No intento de buscar o menor preço possível para esta contratação, e diante da diversidade de destinos possíveis para a realização dos transportes, efetuamos a divisão do item em distintas faixas de distância;
      2. Assim, diante da impossibilidade de se prever a quantidade exata de servidores que poderão ser removidos, bem como os eventuais locais de destino e metragens, dimensionamos 09 (nove) mudanças com base nas demandas dos 04 anos anteriores, conforme tabela abaixo:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Subitem** | **Distância em KM** | **Quantidade anual estimada unidade** | |
| 1 | 101 a 300 | 12 | m3 |
| 2 | 301 a 600 | 24 | m3 |
| 3 | 601 a 1200 | 18 | m3 |
| 4 | 1201 a 1800 | 24 | m3 |
| 5 | 1801 a 2400 | 24 | m3 |
| 6 | 2401 a 3200 | 12 | m3 |
| 7 | 3201 acima | 12 | m3 |

* + 1. De acordo com a nova Instrução Normativa 05/2014-MPOG, Art. 2º, inciso I, que admite a pesquisa de um único preço para composição de valor de referência em procedimentos administrativos para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, foi utilizado, como parâmetro, o Pregão Eletrônico nº 22015/2015, da Superintendência Regional no Estado do Amapá – UASG 200402.
    2. As tabelas abaixo apresentam alguns dos destinos prováveis para onde poderão ser transportados os mobiliários e demais objetos no interesse da SR/DPF/MT e de seus servidores removidos no interesse da Administração, considerando a estimativa em metros cúbicos, por faixa de distância, bem como o preço médio unitário M³/Km e valor total estimado:

|  |  |
| --- | --- |
| **UNIDADE** | **MUNICÍPIO** |
| 1. SR/DPF/AC | Rio Branco |
| 1. DPF/EPA/AC | Epitaciolândia |
| 1. DPF/CZS/AC | Cruzeiro do Sul |
| 1. SR/DPF/AL | Maceió |
| 1. SR/DPF/AM | Manaus |
| 1. DPF/TBA/AM | Tabatinga |
| 1. SR/DPF/AP | Macapá |
| 1. DPF/OPE/AP | Oiapoque |
| 1. SR/DPF/BA | Salvador |
| 1. DPF/ILS/BA | Ilhéus |
| 1. DPF/JZO/BA | Juazeiro |
| 1. DPF/PSO/BA | Porto Seguro |
| 1. DPF/VDC/BA | Vitória da Conquista |
| 1. DPF/JNE/CE | Juazeiro do Norte |
| 1. SR/DPF/DF | Brasília |
| 1. SR/DPF/ES | Vitória |
| 1. DPF/SMT/ES | São Mateus |
| 1. DPF/CIT/ES | Cachoeiro do Itapemirim |
| 1. SR/DPF/GO | Goiânia |
| 1. DPF/ANS/GO | Anápolis |
| 1. DPF/JTI/GO | Jataí |
| 1. SR/DPF/MA | São Luís |
| 1. DPF/ITZ/MA | Imperatriz |
| 1. DPF/CXA/MA | Caxias |
| 1. SR/DPF/MG | Belo Horizonte |
| 1. DPF/GVS/MG | Governador Valadares |
| 1. DPF/JFA/MG | Juiz de Fora |
| 1. DPF/MOC/MG | Montes Claros |
| 1. DPF/UDI/MG | Uberlândia |
| 1. DPF/URA/MG | Uberaba |
| 1. DPF/DVS/MG | Divinópolis |
| 1. DPF/VAG/MG | Varginha |
| 1. SR/DPF/MS | Campo Grande |
| 1. DPF/CRA/MS | Corumbá |
| 1. DPF/DRS/MS | Dourados |
| 1. DPF/NVI/MS | Naviraí |
| 1. DPF/PPA/MS | Ponta Porã |
| 1. DPF/TLS/MS | Três Lagoas |
| 1. SR/DPF/MT | Cuiabá |
| 1. DPF/BRG/MT | Barra do Garças |
| 1. DPF/CAE/MT | Cáceres |
| 1. DPF/ROO/MT | Rondonópolis |
| 1. DPF/SIC/MT | Sinop |
| 1. SR/DPF/PA | Belém |
| 1. DPF/ATM/PA | Altamira |
| 1. DPF/SNM/PA | Santarém |
| 1. DPF/MBA/PA | Marabá |
| 1. DPF/RDO/PA | Redenção |
| 1. SR/DPF/PB | João Pessoa |
| 1. DPF/CGE/PB | Campina Grande |
| 1. DPF/PAT/PB | Patos |
| 1. SR/DPF/PE | Recife |
| 1. DPF/CRU/PE | Caruaru |
| 1. DPF/SGO/PE | Salgueiro |
| 1. SR/DPF/PI | Teresina |
| 1. DPF/PHB/PI | Parnaíba |
| 1. SR/DPF/PR | Curitiba |
| 1. DPF/PGZ/PR | Ponta Grossa |
| 1. DPF/PNG/PR | Paranaguá |
| 1. DPF/GPB/PR | Guarapuava |
| 1. DPF/CAC/PR | Cascavel |
| 1. DPF/MGA/PR | Maringá |
| 1. DPF/LDA/PR | Londrina |
| 1. DPF/GRA/PR | Guaíra |
| 1. DPF/FIG/PR | Foz do Iguaçu |
| 1. SR/DPF/RJ | Rio de Janeiro |
| 1. DPF/NRI/RJ | Niterói |
| 1. DPF/NIG/RJ | Nova Iguaçu |
| 1. DPF/ARS/RJ | Angra dos Reis |
| 1. DPF/VRA/RJ | Volta Redonda |
| 1. DPF/GOY/RJ | Campos dos Goytacazes |
| 1. DPF/MCE/RJ | Macaé |
| 1. SR/DPF/RN | Natal |
| 1. DPF/MOS/RN | Mossoró |
| 1. SR/DPF/RO | Porto Velho |
| 1. DPF/GMI/RO | Guajará-Mirim |
| 1. DPF/JPN/RO | Ji-Paraná |
| 1. DPF/VLA/RO | Vilhena |
| 1. SR/DPF/RR | Boa Vista |
| 1. DPF/PAC/RR | Pacaraima |
| 1. SR/DPF/RS | Porto Alegre |
| 1. DPF/BGE/RS | Bagé |
| 1. DPF/CHI/RS | Chuí |
| 1. DPF/CXS/RS | Caxias do Sul |
| 1. DPF/JGO/RS | Jaguarão |
| 1. DPF/LIV/RS | Santana do Livramento |
| 1. DPF/PFO/RS | Passo Fundo |
| 1. DPF/PTS/RS | Pelotas |
| 1. DPF/RGE/RS | Rio Grande |
| 1. DPF/SAG/RS | Santo Ângelo |
| 1. DPF/SBA/RS | São Borja |
| 1. DPF/SCS/RS | Santa Cruz do Sul |
| 1. DPF/SMA/RS | Santa Maria |
| 1. DPF/UGA/RS | Uruguaiana |
| 1. DPF/CCM/SC | Criciúma |
| 1. DPF/DCQ/SC | Dionísio Cerqueira |
| 1. DPF/IJI/SC | Itajaí |
| 1. DPF/JVE/SC | Joinville |
| 1. DPF/LGE/SC | Lages |
| 1. DPF/XAP/SC | Chapecó |
| 1. SR/DPF/SE | Aracaju |
| 1. SR/DPF/SP | São Paulo |
| 1. DPF/ARU/SP | Araçatuba |
| 1. DPF/AQA/SP | Araraquara |
| 1. DPF/BRU/SP | Bauru |
| 1. DPF/CAS/SP | Campinas |
| 1. DPF/CZO/SP | Cruzeiro |
| 1. DPF/JLS/SP | Jales |
| 1. DPF/MII/SP | Marília |
| 1. DPF/PCA/SP | Piracicaba |
| 1. DPF/PDE/SP | Presidente Prudente |
| 1. DPF/RPO/SP | Ribeirão Preto |
| 1. DPF/SJE/SP | São José do Rio Preto |
| 1. DPF/SJK/SP | São José dos Campos |
| 1. DPF/SOD/SP | Sorocaba |
| 1. DPF/SSB/SP | São Sebastião |
| 1. SR/DPF/TO | Palmas |
| 1. DPF/AGA/TO | Araguaína |

1. **~~METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS~~.**
2. **~~MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS~~**
3. **EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO** 
   1. A execução dos serviços será iniciada na forma que segue:
      1. Ao verificar a necessidade de contratação do serviço, a SR/DPF/MT encaminhará a relação de mobiliário a ser transportado com seus valores para fins de Seguro.
      2. A contratada retornará em no máximo 02 (dois) dias com a estimativa de metragem e custos do transporte
      3. Na Ordem de Serviço, deverão constar as informações relativas ao transporte do servidor, informando o limite máximo de cubagem / peso, considerando a existência de dependentes, bem como o limite máximo possível do valor segurado
      4. A partir do recebimento da Ordem de Serviço, a empresa CONTRATADA terá o prazo de 3 (três) dias corridos para agendar o recolhimento da mudança do domicílio do servidor
      5. A empresa agendará com o servidor a data para os procedimentos de embalagem dos bens e carregamento no equipamento de transporte. A empresa deverá agendar a data de modo que o procedimento de embalagem/carregamento seja realizado no prazo de 3 (três) dias
      6. O prazo poderá ser prorrogado, a critério do servidor, com a prévia e expressa autorização da SR/DPF/MT.
      7. A CONTRATADA deverá providenciar apólice referente ao seguro dos bens do servidor em companhia de seguro comprovadamente idônea.
      8. A **apólice de seguro** referente ao transporte ou ao transporte de automóvel deverá ser entregue ao servidor até o término dos serviços de embalagem dos seus pertences.
      9. Caso a Contratada detecte danos pré-existentes nos pertences do servidor deverá comunicar o fato a ele e fazer constar, no **Termo de Coleta da Mudança,** observação de todos os danos pré-existentes.
      10. A CONTRATADA deverá informar à SR/DPF/MT, com pelo menos 2 (dois) dias úteis de antecedência, a data e horário de início e término da embalagem e do carregamento da bagagem do servidor do equipamento de transporte para que tanto a verificação da qualidade da embalagem quanto a medição da cubagem/peso sejam efetuadas por fiscal designado pela SR/DPF/MT.
      11. A medição de cubagem servirá como base para o cálculo do valor final do serviço executado. A SR/DPF/MT pagará à CONTRATADA até o limite de cubagem ou de peso, por servidor, mencionados na Ordem de Serviço, considerando o valor estabelecido para a faixa de distância entre as localidades envolvidas no transporte.
      12. Na execução do serviço, deverá ser utilizado caminhão fechado do tipo baú. Quando do transporte de cargas especificas (como, por exemplo, veículos), poderão ser utilizados outros meios de transporte específicos, mais eficientes e seguros.
      13. Uma vez acomodada a carga no equipamento de transporte, esta não poderá sofrer manuseio até que chegue a seu destino no local indicado pelo servidor, a não ser nos seguintes casos:
          1. acomodação em depósito;
          2. manuseio para viabilizar fiscalização; e
          3. quando for imperativa sua acomodação em caminhões menores em razão de normas locais que restrinjam a circulação de caminhões de maior porte, desde que não tenha sido possível obter autorização da Prefeitura para a circulação.
      14. Somente será permitido aproveitamento de carga que não atrapalhe o cronograma planejado e, autorizado previamente pela Contratante.
      15. No ato de carregamento, o que deverá ser feito na presença do servidor ou de um representante designado por ele, a CONTRATADA deverá emitir um Termo de Coleta de Mudança e um recibo dos documentos entregues pelo servidor, que serão assinados pelo servidor e pelo representante da CONTRATADA, sendo uma via de cada enviada à SR/DPF/MT.
      16. Termo de Coleta de Mudança deverá conter o levantamento físico do mobiliário a ser transportado, com descrição detalhada dos bens, quantidade e **dimensão em metros cúbicos,** e caso a Contratada detecte danos pré-existentes nos pertences do Servidor Removido, deverá a este comunicar o fato e consigná-lo com visto do Servidor Removido ou de seu representante ou, na recusa deste relatar o fato no Termo de Coleta de Mudança.
      17. A comprovação de danos preexistentes é ônus da Contratada, que além de consignar no Termo de Coleta de Mudança as avarias pré-existentes deverá fotografá-las para sua devida comprovação e isenção de responsabilidade ou registrar em documento com ciência do servidor. A falta de registro fotográfico ou registro das avarias sujeita a Contratada ao ressarcimento de eventuais danos pleiteados pelo servidor que esta não possa comprovar como não causados por sua ação.
      18. O Termo de Entrega da Mudança deverá atestar que os bens foram transportados e montados no local de destino em perfeita ordem ou, se for o caso, deverá constar quais as avarias/danos e perdas ocorreram sob pena de decadência dos direitos.
      19. A comprovação de danos decorrentes da prestação dos serviços pela Contratada é ônus do Servidor Removido, que deverá consignar as avarias nos Termos de Coleta e Entrega de Mudança, conforme momento em que a avaria tenha sido causada, com visto do representante da Contratada ou, na recusa deste relatar o fato no respectivo Termo.
      20. O Servidor Removido deverá fotografar as avarias para sua devida comprovação. A falta de registro fotográfico das avarias sujeita o Servidor Removido à impossibilidade de comprovação e exigência de ressarcimento de eventuais danos ocasionados a seus pertences pela Contratada.
      21. Não serão ressarcidos danos pleiteados pelo servidor no Termo de Entrega de Mudança que tenham sido comprovados preexistentes pela Contratada por consignação no Termo de Coleta de Mudança.
      22. No caso de avarias não perceptíveis à primeira vista que deixaram de ser consignadas nos Termos de Coleta e de Entrega de Mudança, o Servidor Removido tem até 10 dias para comunicar o Fiscal do Contrato com cópia para a Contratada e ao SELOG/SR/MT. A não comunicação no prazo conforme disposto no § Único do Art. 754 do CPC enseja decadência do direito do Servidor Removido ao ressarcimento.
      23. Tanto o Termo de Coleta de Mudança como o Termo de Entrega de Mudança devem ser confeccionados em 2 vias e as observações manuscritas que eventualmente forme feitas carbonadas, para que em ambas fiquem consignadas as informações suscitadas pela Contratada e pelo Servidor Removido de forma a amparar o atesto das notas e análise de eventuais ressarcimentos de avarias.
      24. O Servidor Removido deverá enviar o Termo de Entrega da Mudança assinado juntamente com as fotos do mobiliário, inclusive de eventuais avarias, em até 3 dias úteis ao Fiscal do Contrato e ao SELOG/SR/DPF/MT. Tal procedimento subsidiará o atesto das notas fiscais e o respectivo pagamento.
      25. O não encaminhamento da documentação suscitada no item anterior sujeita o Servidor Removido às providências disciplinares cabíveis e impossibilidade da Administração em proceder, no prazo legal, à notificação da Contratada com relação ao ressarcimento de eventuais avarias.
      26. A contratação do seguro do transporte, de responsabilidade da Contratada, não poderá ser repassado à Contratante ou servidor removido, devendo cobrir toda a bagagem.
      27. A apólice de seguro referente à mudança deverá ser entregue ao servidor removido até o término dos serviços de embalagem, juntamente com o Termo de Entrega de Mudança, antes do efetivo transporte de seus bens.
      28. Caso a cubagem total ultrapasse os referidos limites, a Contratada deverá emitir uma Nota Fiscal em nome da Contratante, que conterá o valor referente à cubagem máxima paga pela Contratante e outra Nota Fiscal em nome do Servidor Removido, que conterá o valor referente à cubagem excedente.
      29. **A contratante pagará o seguro somente sobre a metragem máxima a que terá direito o servidor. O excedente deverá ser pago pelo servidor proprietário da mudança.**
      30. A Administração não se responsabiliza pelo pagamento de cubagem excedente faturada em nome do Servidor Removido.
      31. Após o desembarque e a desembalagem da bagagem no destino indicado pelo servidor e após verificação do estado da bagagem, a CONTRATADA deverá emitir recibo a ser assinado pelo Servidor sobre a realização do serviço onde o servidor consignará as eventuais avarias ou extravios. Uma cópia desse recibo deve ser imediatamente enviada ao fiscal do Contrato.
      32. As avarias e perdas (totais e parciais), deverão ser indenizadas pela CONTRATADA no prazo máximo de 15(quinze) dias após ter sido notificada;
      33. Caberá ao Fiscal do contrato a análise dos fatos e comprovações apresentados emitindo documento a respeito do ressarcimento com critérios objetos.
      34. Do parecer do Fiscal do Contrato o SELOG emitirá Notificação para que a empresa proceda ao ressarcimento sob pena de sanção por descumprimento de disposição contratual.
      35. O ressarcimento por inutilização do bem ocorrerá quando da avaria resultar inutilização das funções do objeto, inclusive de seu valor estético, que não seja passível de conserto ou cujo valor do conserto supere 50% do valor do bem novo ou de similar no Mercado.
      36. O ressarcimento por inutilização do bem se dará no valor de 100% do bem novo caso o Servidor Removido comprove por meio de nota fiscal/certificado de garantia que o bem ainda encontrava-se em garantia quando houve a avaria, inclusive no caso de garantia estendida adquirida junto ao bem.
      37. O ressarcimento por inutilização do bem se dará em percentual do valor do bem novo ou seu similar no Mercado conforme a vida útil do bem após a garantia, comprovada por nota fiscal/certificado de garantia conforme tabela a seguir:

|  |  |
| --- | --- |
| **Prazo de expiração da garantia** | **Percentual do bem novo ou similar a ser ressarcido** |
| 0-1 ano | 85% |
| 1-2 anos | 65% |
| 2-4 anos | 50% |
| Mais de 4 anos | 40% |

* + 1. Caso o servidor não tenha nota fiscal ou documento que comprove data de aquisição, tampouco data de expiração da garantia será aceita comprovação por quaisquer outros meios, inclusive pesquisas em sites de lojas na Internet ou declaração da empresa da data em que o bem deixou de ser produzido naquela versão. O ressarcimento então se dará:

|  |  |
| --- | --- |
| **Situação do bem** | **Percentual do bem novo ou similar a ser ressarcido** |
| Ainda no mercado | 60% |
| Fora do Mercado, mas com comprovação de disponibilidade no mercado até 2 anos da data da mudança | 50% |
| Fora do Mercado com comprovação de disponibilidade no Mercado mais de 2 anos da data da mudança. | 40% |
| Sem qualquer comprovação | 30% |

* + 1. No caso de avarias cujo valor do reparo/concerto seja inferior a 50% do valor do bem novo o servidor fará jus a indenização no valor do conserto, bastando para isso apresentar 3 (três) orçamentos diferentes de empresas idôneas com a descrição dos reparos e peças que serão empregados. É direito do Servidor Removido que teve o bem avariado recorrer à rede de assistência técnica credenciada embora o valor dos preços apresentados por essas empresas sejam maiores que aqueles oferecidos por rede não credenciada. Assim, questionamentos da Contratada nesse sentido não serão acatados em qualquer defesa que porventura exponha.
    2. A indenização deverá ser paga diretamente ao Servidor Removido por meio de cheque nominal à sua pessoa ou outro meio que o indenizado julgar conveniente (transferência bancária, entre outros). É dever da Contratada remeter cópia do recibo com discriminação do que foi pago para a Administração (Fiscal do Contrato ) para que se arquive o procedimento.
    3. Para os bens sem similitude no Mercado inclusive obras de arte e antiguidades ficará a cargo do Servidor Removido a comprovação de seu valor pelos meios que dispuser, com direito a recurso por parte da Contratada à autoridade superior que decidirá motivadamente pelo ressarcimento ou não e aplicação das penalidades previstas pelo descumprimento de obrigação contratual.
    4. Toda a bagagem a ser transportada deverá ser embalada, montada e desmontada por funcionários da CONTRATADA, devidamente habilitados. Deve ser apresentado número de funcionários que permita a realização do serviço nos prazos estipulados neste **Termo de Referência**.
    5. Os funcionários apresentados pela CONTRATADA devem estar uniformizados e munidos de ferramentas, material e acessórios necessários à desmontagem / montagem, embalagem / desembalagem e carregamento/descarregamento.
    6. As embalagens a serem utilizadas deverão ser novas e deverão respeitar as especificações apropriadas a cada tipo de material, conforme descrito **no item 03.**
    7. O carregamento da mudança para dentro do equipamento de transporte só terá início depois de concluída a embalagem de todos os itens e fechado o inventário dos bens a serem transportados.
    8. Caso haja necessidade de liberação do equipamento de transporte, a fim de que seja feita a fiscalização da cubagem para apuração de volume transportado e de qualidade de embalagem e acondicionamento, a carga poderá ser descarregada e empilhada em baias de forma que o número de itens transportados possa ser conferido e que seu efetivo volume

possa ser corretamente apurado. Para tanto, é necessário comunicação prévia e expressa autorização da SR/DPF/MT.

* + 1. Os prazos para entrega da bagagem, contados, em dias corridos, a partir da data de coleta da mudança são:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **FAIXA** | **DISTÂNCIA** | **PRAZO EM DIAS CORRIDOS** |
| 1 | Distância de 0 a 1.500 Km | **05** |
| 2 | Distância de 1.501 a 3.000 Km | **10** |
| 3 | Distância de 3.001 a 4.5000 Km | **15** |

* + 1. Para efeito de cálculo de quilometragem entre um determinado par de cidades, será utilizado o Quadro de Distâncias Rodoviárias disponibilizado pelo DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.
    2. Quaisquer ocorrências que possam atrasar a entrega da bagagem do servidor deverão ser comunicadas, por escrito, à SR/DPF/MT, no prazo de 1 (um) dia útil.
    3. A fim de garantir a qualidade e o cumprimento dos termos deste Termo de Referência e do Contrato que se venha a celebrar entre as partes, a SR/DPF/MT poderá efetuar, além das fiscalizações específicas de qualidade dos serviços e cubagem, vistorias e fiscalizações adicionais, a qualquer tempo, sempre que julgar necessário, no sentido de obter mais informações e esclarecimentos.
  1. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de **05 (cinco)** dias, pelo(a) servidor(a) removido(a) ou pessoa designada por ele(a), que relatará à fiscalização do contrato a conformidade ou inconformidade dos serviços prestados e de ocorrências que porventura possa ser objeto de correção ou providências.
  2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, à custa da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
  3. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **15 (quinze)** dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
     1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
  4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
  5. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas:
     1. Os materiais e peças empregados deverão atentar para a redução de impacto ambiental, ficando a Contratada obrigada a:
        1. Utilizar, quando disponíveis no mercado, materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis;
        2. Priorizar o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução e operação do objeto;
        3. Utilizar obrigatoriamente agregados reciclados, sempre que existir a oferta de agregados reciclados, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais;
        4. Utilizar materiais e bens que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).A Administração reserva-se o direito de exigir tal comprovação que poderá feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital;
        5. Utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
        6. Observar a Resolução CONAMA n° 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos que gerem ruído no seu funcionamento; e
        7. Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

1. **~~DA VISTORIA~~**
2. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**
   1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
   2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
   3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
   4. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;
   5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
   6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, em conformidade com o art. 36, §8º da IN SLTI/MPOG N. 02/2008.
   7. Fornecer à CONTRATADA, sempre que necessitar dos serviços contratados, a competente “Ordem de Requisição de Serviço de Transporte para Mobiliário”, devidamente assinada.
   8. Publicar o extrato do contrato no Diário Oficial da União.
3. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
   1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
   2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
   3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
   4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
   5. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
   6. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;
   7. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
   8. Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
   9. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
   10. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
   11. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
   12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
   13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
   14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
   15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
   16. Arcar com as despesas decorrentes da execução dos serviços, inclusive o material necessário, locomoção, seguros de acidentes, impostos, taxas, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas e quaisquer outras que forem devidas tais como: tributos alfandegário, portuários e outros armazenagem alfandegária, transporte do contêiner entre terminais, capatazia, fretes rodoviários e marítimos, armazenagem e manuseios, mão de obra, encargos sociais, seguros, disponibilidade de equipamentos e tudo mais que possa influenciar direta ou indiretamente no custo, tanto na origem como no destino.
   17. Obter, às suas expensas, todo e qualquer tipo de licença ou autorização junto aos órgãos públicos e fiscalizadores para a perfeita execução do transporte. Incluindo o pagamento de licenças municipais para trânsito e estacionamento de caminhões em perímetros urbanos, responsabilizando- se por quaisquer multas ou ônus decorrentes do não cumprimento das referidas providências.
   18. Quando o caso requerer, fornecer as suas expensas, pessoal e equipamento especializado para içamento do material objeto deste termo de referência.
   19. A Contratada deve apresentar, no ato da assinatura do Contrato, documento comprobatório de parceria com agente de seguros que será utilizado na execução do serviço.
       1. O valor correspondente à parcela do seguro deverá está contemplado no preço do m3 por quilometro apresentado na proposta comercial da contratada.
       2. A Contratada obriga-se a indenizar ou reparar todas e quaisquer avarias, que porventura venham a se produzir na bagagem, bem como sua perda ou furto, total ou parcial, durante a execução dos serviços ora estipulados. Esta indenização não dependerá do ressarcimento de danos causados por terceiros à Contratada.
       3. Para o transporte de bagagem e automóvel para, a taxa de seguro de bagagem deverá cobrir o valor declarado pelo servidor, até o limite previsto na legislação pertinente. Prêmios de seguro superiores a esse valor correrão por conta do servidor, mediante acordo deste com a Contratada, sem qualquer responsabilidade para a Contratante.
       4. Até o término dos serviços de embalagem, a Contratada deverá fornecer, ao servidor, uma via original da apólice, devidamente averbada, contendo relação dos pertences segurados entregue pelo servidor e assinada pela Contratada.
       5. Com objetivo de subsidiar a contratada na formação dos preços, que serão apresentados, inclusive para cálculo do seguro que integrará o valor da proposta comercial, informamos que o valor máximo a ser assegurado é de **R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais)** por mudança.
       6. Conforme o caso exigir, apresentar apólice referente à contratação do Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário de Carga (RCTR-C) e apólice referente ao Seguro de Roubo de Carga e Furto - (RCF-DC) e outros que vierem a ser exigidos em Lei federal, estadual ou municipal, relativamente a todos os bens a serem transportados durante a vigência contratual.
       7. A taxa de seguro, já inclusa no preço por m**3**, deverá ser estabelecida no máximo em 1% (um por cento) sobre o valor da Nota Fiscal a ser paga pela CONTRATANTE e deverá cobrir qualquer forma de dano, desaparecimento, extravio, roubo, furto e apropriação indébita.
       8. Apesar de o valor do seguro estar contemplado no preço do m3 por quilometro, o percentual **deverá estar explícito na proposta comercial apresentada,** e não poderá ser superior a 1%.
       9. Observar as normas legais a que está sujeita para a realização dos serviços de que trata este instrumento, **devendo possuir Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas – RNTRC,** segundo prescrição da Lei 10.233, de 5 junho de 2001, Lei 11.442, de 5 de janeiro de 2007 e a Resolução nº 3056, de 12 de março de 2009, da ANTT.
4. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

12.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório*.*

1. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**
   1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
2. **CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**
   1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.
   2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
   3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
   4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.
   5. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
   6. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
   7. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
   8. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
   9. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação.
   10. Na impossibilidade de representante, ou fiscal da contratante, estar presente no local de partida como do de destino, caberá ao servidor a ser beneficiado a responsabilidade pelo acompanhamento e medição dos metros cúbicos dos bens a ser transportados.
   11. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
3. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
   1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
      1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
      2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
      3. fraudar na execução do contrato;
      4. comportar-se de modo inidôneo;
      5. cometer fraude fiscal;
      6. não mantiver a proposta.
   2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
      1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
      2. multa moratória de **0,3 % (três décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30. (trinta)** dias;
      3. multa compensatória de **10 % (dez por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
      4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
      5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
      6. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
      7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
   3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:
      1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
      2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
      3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
   4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
   5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.
   6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

*Cuiabá/MT,........ de julho de 2015.*

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Olívia de Araújo Alves**  Matrícula 11.735  Agente Administrativo |  | **Daniel Francisco de Morais**  Matrícula 19.406  Agente Administrativo |

***Ciente. Aprovo.***

EM: \_\_\_/\_\_\_\_ 2015

**ALESSANDRA RODRIGUES DE OLIVEIRA**

Administradora - Mat.

Chefe do SELOG/SR/DPF/MT

**APROVAÇÃO:**

Nos termos do inciso II do art. 9º, do Decreto nº 5.450, de 31/05/2005, aprovo este termo de referência e autorizo o procedimento licitatório conforme legislação pertinente.

**DPF MARCOS ANTÔNIO FARIAS**

Superintendente Regional

SR/DPF/MT